



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL



BRASIL

Confederação Brasileira de Futebol

Diretoria de Competições

Regulamento Geral das Competições - 2015



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

SUMÁRIO

DEFINIÇÕES.....	3
INTERPRETAÇÃO.....	4
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	5
CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS	7
CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES TÉCNICAS.....	17
CAPÍTULO IV - DA CONDIÇÃO DE JOGO DOS ATLETAS.....	26
CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES	29
CAPÍTULO VI - DA ARBITRAGEM	39
CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS	43
CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.....	50



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

DEFINIÇÕES

- BID – Boletim Informativo Diário
- CA – Comissão de Arbitragem da CBF
- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- CBJD – Código Brasileiro de Justiça Desportiva
- CIE – Caderno de Inspeção de Estádio
- CNIE – Comissão Nacional de Inspeção de Estádios
- CTI – Certificado de Transferência Internacional
- DCO – Diretoria de Competições da CBF
- DRT – Diretoria de Registro e Transferência da CBF
- DURT – Documento Único de Registro e Transferência
- EDT – Estatuto de Defesa do Torcedor
- FIFA – Fédération Internationale de Football Association
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFAB – International Football Association Board
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- RDJ – Relatório do Delegado do Jogo
- RDP – Resolução da Presidência da CBF
- REC – Regulamento Específico da Competição
- RENAF – Relação Nacional de Árbitros de Futebol
- RGC – Regulamento Geral das Competições
- RIE – Relatório de Inspeção de Estádios
- RLA – Relatório de Lesão do Atleta
- RNRTAF – Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol
- STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva
- TJD – Tribunal de Justiça Desportiva
- TMS – Transfer Matching System



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

INTERPRETAÇÃO

Salvo se expressamente determinado de outra forma por este RGC as definições que estiverem mencionadas:

I – no singular deverão igualmente abranger o plural, e vice-versa; e

II – em determinado gênero, tal como, masculino ou feminino, deverão também incluir o outro gênero.

Os capítulos deste RGC constituem mera distribuição ordenada das matérias e não deverão afetar as interpretações dos respectivos artigos.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Este Regulamento Geral das Competições (RGC) foi elaborado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no exercício da autonomia constitucional desportiva para concretizar os princípios da integridade, continuidade e estabilidade das competições, do *fair play* (jogo limpo) desportivo e financeiro, da imparcialidade, da verdade e da segurança desportivas, buscando assegurar a imprevisibilidade dos resultados, a igualdade de oportunidades, o equilíbrio das disputas e a credibilidade de todos os atores e parceiros envolvidos.

Parágrafo único – As competições nacionais oficiais do futebol brasileiro exigem de todos os intervenientes colaborar de forma a prevenir comportamentos antidesportivos, designadamente violência, dopagem, corrupção, racismo, xenofobia ou qualquer outra forma de discriminação.

Art. 2º – As competições nacionais oficiais de futebol, doravante denominadas apenas competições, são coordenadas pela CBF, sendo esta titular exclusiva de todos os direitos a elas inerentes, regendo-se, fundamentalmente, por dois (2) Regulamentos:

- I – Regulamento Geral das Competições (RGC) que trata das matérias comuns aplicáveis a todas as competições sob a coordenação da CBF; e,
- II – Regulamento Específico das Competições (REC) que condensa o sistema de disputas e outras matérias específicas e vinculadas a determinada competição.

§ 1º – Sem prejuízo das normas imperativas da legislação federal aplicável, incidem também sobre todas as competições da CBF:

- I – as regras do jogo de futebol definidas pela International Football Association Board;
- II – os atos normativos da FIFA;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

III – os atos normativos da CBF;

IV – o Código Brasileiro de Justiça Desportiva;

V – as normas nacionais e internacionais de combate à dopagem.

§ 2º – Este RGC será interpretado e aplicado pelos órgãos competentes, em seus respectivos âmbitos, em harmonia com os Estatutos e Resoluções da CBF, o REC e demais normativos indicados no § 1º deste artigo.

Art. 3º – As entidades de prática desportiva, doravante nominadas clubes, ao participar voluntariamente de competições, aceitam e se submetem a este RGC, sem qualquer condição, ressalva ou restrição, outorgando e reconhecendo plenos poderes à CBF para que resolva, na esfera administrativa e em caráter definitivo, todas as matérias, problemas e demandas que possam surgir.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 4º – Compete a CBF como coordenadora das competições integrantes de seu calendário oficial:

I – delegar, total ou parcialmente, atribuições de sua competência específica, sejam elas legais ou de qualquer outra natureza;

II – autorizar qualquer espécie de exploração comercial de publicidade nos estádios ou de direitos comerciais, exceto se decorrentes de contratos que tenham sido ou venham a ser firmados por clubes, desde que tenham obtido expressa anuência da CBF;

III – aprovar ou rejeitar a realização de ações promocionais, shows, eventos, apresentações, divulgação de campanhas, utilização de faixas e cartazes e manifestações em geral, previstas para antes ou depois das partidas, exigida sempre a formal solicitação da parte interessada e a prévia e expressa autorização da CBF;

IV – autorizar a inclusão de partidas de suas competições em concurso de prognósticos de resultados desportivos;

V – autorizar, prévia e expressamente, a captação, fixação, exibição, transmissão direta ou por *video tape* e reexibição, de sons e imagens em televisão aberta, fechada ou internet, ou ainda, por quaisquer outros meios audiovisuais, de partidas das competições, salvo os direitos cedidos a terceiros ou objeto de contrato vigente firmado pelas partes legitimamente envolvidas, com obrigatória anuência da CBF;

VI – publicar no site da CBF a designação pelo seu Presidente do nome do Ouvidor da Competição que será o responsável para acompanhar o Plano de Ação da Competição e realizar as demais atribuições previstas na legislação federal.

Art. 5º – Incumbe à DCO na qualidade de órgão gestor técnico das competições:

I – elaborar e fazer cumprir, especialmente, o RGC, o REC, o Calendário Anual das Competições e as respectivas tabelas;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

- II – encaminhar, para ciência e eventuais providências do STJD, as súmulas, relatórios de partidas e outras informações técnicas que estejam na área de atuação ou sejam de interesse daquele órgão judicante–desportivo;
- III – supervisionar as atividades da Ouvidoria das Competições, observadas as determinações da Lei nº 10.671/03¹;
- IV – exigir a apresentação dos Laudos Técnicos dos Estádios, conforme estabelece a Lei nº 10.671/03²;
- V – exigir a realização de inspeção de estádios por membros da CNIE;
- VI – autorizar a realização de competições interestaduais;
- VII – desenvolver e executar projetos especiais voltados para o desenvolvimento das competições e para matérias técnicas de interesse da CBF.
- VIII – designar Delegados DCO quando previsto no REC.

Art. 6º – Compete às federações estaduais:

- I – adotar as providências, de ordem técnica e administrativa, indispensáveis à logística e à segurança das partidas, inclusive as previstas no art. 7º³, nos incisos III a V do art. 16⁴, e no art. 27⁵, todos da Lei nº 10.671/03;

1 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 6º – A entidade responsável pela organização da competição, previamente ao seu início, designará o Ouvidor da Competição, fornecendo-lhe os meios de comunicação necessários ao amplo acesso dos torcedores.

§ 1º – São deveres do Ouvidor da Competição recolher as sugestões, propostas e reclamações que receber dos torcedores, examiná-las e propor à respectiva entidade medidas necessárias ao aperfeiçoamento da competição e ao benefício do torcedor.

§ 2º – É assegurado ao torcedor:

I – o amplo acesso ao Ouvidor da Competição, mediante comunicação postal ou mensagem eletrônica; e

II – o direito de receber do Ouvidor da Competição as respostas às sugestões, propostas e reclamações, que encaminhou, no prazo de trinta dias.

§ 3º – Na hipótese de que trata o inciso II do § 2º, o Ouvidor da Competição utilizará, prioritariamente, o mesmo meio de comunicação utilizado pelo torcedor para o encaminhamento de sua mensagem.

§ 4º – O sítio da internet em que forem publicadas as informações de que trata o § 1º do art. 5º conterá, também, as manifestações e propostas do Ouvidor da Competição. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 5º – A função de Ouvidor da Competição poderá ser remunerada pelas entidades de prática desportiva participantes da competição.

2 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 23 – A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição. (Regulamento)

§ 1º – Os laudos atestarão a real capacidade de público dos estádios, bem como suas condições de segurança.

§ 2º – Perderá o mando de jogo por, no mínimo, seis meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando do jogo em que:

I – tenha sido colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público do estádio; ou,

II – tenham entrado pessoas em número maior do que a capacidade de público do estádio. III – tenham sido disponibilizados portões de acesso ao estádio em número inferior ao recomendado pela autoridade pública. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

- II – informar à CBF, até trinta (30) dias antes do início das competições, os possíveis impedimentos ou problemas envolvendo a normal utilização dos estádios que estejam localizados em território sob sua jurisdição;
- III – ceder os estádios localizados no território de sua jurisdição para as competições, sempre que haja formal requisição pela CBF;
- IV – atuar como Delegado do Jogo, através do seu Presidente, ou de representante, comunicando a sua designação à DCO no prazo de dez (10) dias antes da partida, findo o qual a designação passará à competência da CBF;
- V – manter, no local das competições, bolas novas fornecidas pela CBF, em quantidade e fabricante definidos pelo REC;
- VI – providenciar para que o policiamento do campo seja feito por policiais fardados, sendo expressamente proibida a presença no campo de jogo e seu entorno de segurança privada não autorizado pela CBF ou federações;
- VII – administrar o acesso exclusivo à área de entorno do campo de jogo, restringindo-o às pessoas em serviço e credenciadas, identificadas por braçadeiras, crachás ou jalecos, conforme os quantitativos e determinações especificados no REC de cada competição, as quais deverão permanecer necessariamente nas áreas previamente designadas, observadas as possíveis limitações físicas do local da partida;
- VIII – aprovar, se corretas, as listas encaminhadas pelas associações locais de classe representativas de fotógrafos ou jornalistas escalados para cada partida visando o

3 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 7º – É direito do torcedor a divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes e não pagantes, por intermédio dos serviços de som e imagem instalados no estádio em que se realiza a partida, pela entidade responsável pela organização da competição.

4 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 16 – É dever da entidade responsável pela organização da competição:

- I – confirmar, com até quarenta e oito horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;
- II – contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio;
- III – disponibilizar um médico e dois enfermeiros–padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida;
- IV – disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; e
- V – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

5 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 27 – A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

- I – serviços de estacionamento para uso por torcedores partícipes durante a realização de eventos esportivos, assegurando a estes acesso a serviço organizado de transporte para o estádio, ainda que oneroso; e
 - II – meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.
- Parágrafo único – O cumprimento do disposto neste artigo fica dispensado na hipótese de evento esportivo realizado em estádio com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

credenciamento e fiscalização do acesso ao estádio e ao gramado, quando não forem realizados diretamente pela CBF;

IX – responder pelas obrigações tributárias e previdenciárias e outras decorrentes da legislação vigente, inerentes às partidas de futebol realizadas em território sob sua jurisdição;

X – encaminhar à DCO, em prazo não inferior a trinta (30) dias do início das competições, os Laudos Técnicos dos Estádios, exigidos por lei, sob pena de interdição do estádio até que os apresente.

XI – cumprir e executar, integralmente, todos os projetos especiais voltados para o desenvolvimento das competições e dos assuntos técnicos do interesse da CBF e suas competições, quando previstos no REC.

Parágrafo único – O clube detentor do mando de campo, bem como a federação do clube mandante, em caso de transferência de partidas para outros estados são responsáveis solidários com a federação local pelas obrigações contidas no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 7º – Compete ao clube detentor do mando de campo:

I – adotar todas as medidas técnicas e administrativas, no âmbito local, necessárias e indispensáveis à logística e à segurança das partidas, inclusive as previstas na Lei nº 10.671/03, em seus artigos 13⁶, 14 e seu § 1º⁷, 18⁸, 20 e seus §§ 1º a 5º⁹, 21¹⁰, 22 e

⁶ Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 13 – O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único. Será assegurada acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 13-A – São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I – estar na posse de ingresso válido; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

II – não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

III – consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IV – não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

V – não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VI – não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VII – não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VIII – não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza; e (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IX – não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

X – não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável. (Incluído pela Lei nº 12.663, de 2012).

Parágrafo único – O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

seus §§ 1º a 3º¹¹, 24 e seus §§ 1º e 2º¹², 25¹³, 28¹⁴, 29¹⁵, 31¹⁶, 33 e seu parágrafo único¹⁷ (neste caso também exigível do clube visitante);

7 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 14 – Sem prejuízo do disposto nos artigos. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II – informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

- o local;
- o horário de abertura do estádio;
- a capacidade de público do estádio; e
- a expectativa de público;

III – colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

- amplamente divulgado e de fácil acesso; e,
- situado no estádio.

§ 1º – É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

8 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 18 – Os estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

9 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 20 – É direito do torcedor participar que os ingressos para as partidas integrantes de competições profissionais sejam colocados à venda até setenta e duas horas antes do início da partida correspondente.

§ 1º – O prazo referido no **caput** será de quarenta e oito horas nas partidas em que:

I – as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios; e

II – a realização não seja possível prever com antecedência de quatro dias.

§ 2º – A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.

§ 3º – É assegurado ao torcedor participar o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.

§ 4º – Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o § 3º.

§ 5º – Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

10 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 21 – A entidade detentora do mando de jogo implementará, na organização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.

11 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 22 – São direitos do torcedor participar:

I – que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e

II – ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.

§ 1º – O disposto no inciso II não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.

§ 2º – A emissão de ingressos e o acesso ao estádio nas primeira e segunda divisões da principal competição nacional e nas partidas finais das competições eliminatórias de âmbito nacional deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 3º – O disposto no § 2º não se aplica aos eventos esportivos realizados em estádios com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

12 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 24 – É direito do torcedor participar que conste no ingresso o preço pago por ele.

§ 1º – Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor do estádio não poderão ser diferentes entre si, nem daqueles divulgados antes da partida pela entidade detentora do mando de jogo.

§ 2º – O disposto no § 1º não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um conjunto de, no mínimo, três partidas de uma mesma equipe, bem como na venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.

13 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 25 – O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de 10.000 (dez mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

- II – tomar as necessárias providências para que os pisos dos gramados estejam em condições normais de uso;
- III – providenciar, com a necessária antecedência, a marcação do campo de jogo, obedecendo, rigorosamente, às disposições da Regra 1 da IFAB, bem como a colocação das redes das metas e a instalação dos bancos para atletas reservas e membros das comissões técnicas;
- IV – exigir que os vestiários dos atletas e do árbitro estejam em plenas e normais condições de uso;
- V – instalar, permanentemente, um quadro de avisos na parede externa dos vestiários das equipes para a publicação das suas escalações e demais informes pertinentes;
- VI – agir para que todos os estádios sejam equipados com Tribunas de Imprensa ou, na sua falta, com local adequado em área isolada do torcedor, para o trabalho dos profissionais da imprensa especializada;
- VII – manter no local da partida, até o seu final, os equipamentos de primeiros socorros a seguir relacionados:
 - a) maleta de primeiros socorros;
 - b) maca de campanha ou equivalente, bem como dois maqueiros com idade mínima de 18 anos, devidamente documentados;

14 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 28 – O torcedor participe tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local.

§ 1º – O Poder Público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, verificará o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.

§ 2º – É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.

15 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 29 – É direito do torcedor participe que os estádios possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.

Parágrafo único – Os laudos de que trata o art. 23 deverão aferir o número de sanitários em condições de uso e emitir parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.

16 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 31 – A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão convocar os agentes públicos de segurança visando a garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.

17 Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 33 – Sem prejuízo do disposto nesta Lei, cada entidade de prática desportiva fará publicar documento que contemple as diretrizes básicas de seu relacionamento com os torcedores, disciplinando, obrigatoriamente:

I – o acesso ao estádio e aos locais de venda dos ingressos;

II – mecanismos de transparência financeira da entidade, inclusive com disposições relativas à realização de auditorias independentes, observado o disposto no art. 46–A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

III – a comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva.

Parágrafo único – A comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva de que trata o inciso III do **caput** poderá, dentre outras medidas, ocorrer mediante:

I – a instalação de uma ouvidoria estável;

II – a constituição de um órgão consultivo formado por torcedores não-sócios; ou

III – reconhecimento da figura do sócio-torcedor, com direitos mais restritos que os dos demais sócios.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

- c) equipamento adequado a ser utilizado para remover atletas com suspeita de fratura, em casos de gravidade;
- d) equipamentos e medicamentos apropriados para atendimento de atletas perante a ocorrência de casos de mal súbito e de reanimação cardiopulmonar, inclusive desfibrilador.

VIII – administrar um quadro de gandulas, formado por no mínimo seis integrantes, obrigatoriamente maiores de 18 anos, devidamente identificados, documentados e treinados para os serviços das partidas, deles exigindo o trabalho de imediata reposição de bola e absoluta neutralidade de comportamento em relação às equipes participantes, cabendo a supervisão do quadro de gandulas às federações que poderão indicar e trocar sua composição, no todo ou em parte, se comprovadamente detectar comportamento contrário às diretrizes de atuação aqui explicitadas;

IX – zelar pela segurança de atletas e comissões técnicas, árbitros e assistentes, profissionais da imprensa e demais pessoas que estejam atuando como prestadores de serviços autorizados;

X – adotar as medidas necessárias para prevenir e reprimir desordens no ambiente da partida, inclusive quanto ao lançamento de objetos no campo de jogo;

XI – ceder os estádios de sua propriedade para as competições, sempre que tais estádios forem formalmente requisitados pela CBF;

XII – encaminhar à sua federação, em prazo não inferior a trinta e cinco (35) dias do início das competições, os laudos técnicos do estádio em que for atuar como mandante, na competição, observado o inciso X do artigo 6º deste RGC;

XIII – cumprir e atender integralmente a todos os acordos comerciais firmados ou autorizados pela CBF em suas competições;

XIV – cumprir e executar integralmente todos os projetos especiais voltados para o desenvolvimento das competições e para assuntos técnicos do interesse da CBF e suas competições, quando previstos no REC.

XV – adotar as medidas necessárias para que, independentemente da obrigatoria execução de hino, as equipes ingressem em campo com a antecedência mínima de sete (7) minutos do horário previsto para o início da partida, salvo se houver previsão em contrário no REC fazendo-se a contagem regressiva (“Countdown”) padrão;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

XVI – cumprir integralmente a contagem regressiva (“*Countdown*”) padrão, quando prevista no REC.

§1º – Aplicam-se ao clube visitante o disposto no artigo 33 e parágrafo único da Lei nº 10.671/03¹⁸, mencionado no inciso I deste artigo, bem como os incisos XV e XVI deste artigo.

§2º – As federações estaduais respondem de forma concorrente pelas obrigações contidas no inciso I deste artigo.

Art. 8º – Compete ao árbitro:

- I – apresentar-se juntamente com seus auxiliares regularmente uniformizados, para o exercício de suas funções, seguindo os padrões de trabalho exigidos pela CA;
- II – chegar ao estádio com a antecedência mínima de duas (2) horas para o início da partida;
- III – identificar o chefe do policiamento do campo de jogo para possíveis contatos se houver necessidade;
- IV – entrar em campo pelo menos dez (10) minutos antes do início da partida e três (3) minutos antes do início do 2º tempo, salvo se houver disposição em contrário no REC;
- V – vistoriar todos os equipamentos do campo de jogo, tão logo adentrar ao estádio e antes do início da partida;
- VI – providenciar que, dez (10) minutos antes da hora marcada para o início da partida, todas as pessoas não credenciadas sejam retiradas do campo de jogo e das áreas adjacentes ao gramado, e ainda, que as pessoas credenciadas ocupem os locais reservados para sua permanência;
- VII – providenciar que no banco de reservas só estejam, além do máximo permitido de doze (12) atletas suplentes, mais cinco (5) pessoas componentes da Comissão Técnica de cada um dos clubes, a saber, o treinador, o assistente técnico do treinador, o preparador físico, o médico e o massagista, vedada a presença de dirigentes no banco

¹⁸ Ver nota 17.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

de reservas, mesmo que queiram usar qualquer uma das funções técnicas mencionadas;

VIII – tomar as medidas necessárias para que, independentemente da obrigatória execução de hino, as equipes ingressem em campo com a antecedência mínima de sete (7) minutos do horário previsto para o início da partida, salvo se houver previsão em contrário no REC fazendo-se a contagem regressiva (“*Countdown*”) padrão;

IX – controlar o tempo de entrada das equipes em campo, nas competições com obrigatoriedade de hino e protocolo, que constará necessariamente no REC da competição, usando a contagem regressiva (“*Countdown*”) padrão;

X – cumprir integralmente a contagem regressiva (“*Countdown*”) padrão, quando prevista no REC;

XI – providenciar que, antes de exauridos os quinze (15) minutos de intervalo, os atletas de ambas as equipes se apresentem para o segundo tempo da partida;

XII – interromper, a seu critério, a partida para hidratação dos atletas.

Art. 9º – Compete ao Delegado do Jogo:

I – verificar as condições gerais de regularidade e uniformidade do gramado;

II – vistoriar as condições gerais do placar e do sistema de som do estádio;

III – verificar as condições gerais do sistema de iluminação do estádio;

IV – vistoriar as condições gerais de utilização dos vestiários, antes que sejam disponibilizados para os clubes;

V – confirmar os locais e as condições de acomodações para a delegação visitante;

VI – colaborar com o árbitro no sentido de impedir a presença de pessoas não autorizadas no campo de jogo;

VII – providenciar, que até cinco (5) minutos antes da hora marcada para o início da partida, todas as pessoas credenciadas estejam nos locais a elas destinadas, não sendo permitido permanecer na frente das placas de publicidade;

VIII – observar que em hipótese alguma os profissionais de imprensa credenciados poderão entrar no campo de jogo, seja antes, no intervalo ou no final da partida, devendo as entrevistas, quando cabíveis, ocorrer fora do campo de jogo;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

IX – comunicar através do RDJ a ocorrência de anormalidades relacionadas com o comportamento do público;

X – cumprir e executar integralmente todos os projetos especiais voltados para o desenvolvimento das competições e para assuntos técnicos de interesse da CBF e suas competições, quando previstos no REC;

XI – encaminhar à DCO através de mensagem eletrônica (*e-mail*), o Relatório do Delegado do Jogo, na manhã do primeiro dia útil após a partida, utilizando o modelo de relatório definido pela CBF.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Art. 10 – As partidas de competições que integram o calendário anual da CBF, consideradas todas as suas datas, prevalecerão sobre os de quaisquer certames, salvo concessão expressa da própria CBF.

Parágrafo único – A convocação de atletas para integrar seleções nacionais não assegura aos seus clubes o direito de alterar as datas de suas partidas em competições.

Art. 11 – As disposições definidoras do sistema de disputa das competições, previstas em regulamento não poderão ser alteradas uma vez iniciada a competição.

Art. 12 – Todas as competições serão regidas pelo sistema de pontos ganhos, observando-se os seguintes critérios:

- I – três (3) pontos por vitória;
- II – um (1) ponto por empate.

Art. 13 – As tabelas das competições somente poderão ser modificadas se obedecidas as seguintes condições:

- I – encaminhamento formal da solicitação à DCO, pela parte interessada, observado que:
 - a) são consideradas partes diretamente interessadas, o clube mandante, a federação mandante e a emissora detentora dos direitos de televisão;
 - b) faz-se necessário, em quaisquer dos casos, a análise prévia e aprovação da DCO.
- II – entrega da solicitação referida no inciso I deverá ocorrer com, pelo menos, dez (10) dias de antecedência em relação à data da programação original da partida.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – Não será autorizada a inversão de mando de campo;

§ 2º – Havendo transferência da partida para outro estado, cada federação fará jus à taxa de cinco por cento (5%) sobre a renda bruta da partida.

§ 3º – Todas as despesas da partida que eventualmente seja transferida para outro estado deverão ser arcadas pelo clube mandante, conforme estabelece o art. 74.

Art. 14 – Quaisquer competições somente poderão ser realizadas em estádios devidamente aprovados pelas autoridades competentes nos termos da legislação vigente e deste RGC.

§ 1º – Os estádios deverão atender à vigente legislação federal, especialmente a Lei nº 10.671/03¹⁹, o Decreto nº 6.795/09²⁰ e a Portaria nº 238/10²¹ do Ministério do Esporte.

¹⁹ Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 13 – O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único – Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 18 – Os estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 23 – A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.

§ 1º – Os laudos atestarão a real capacidade de público dos estádios, bem como suas condições de segurança.

§ 2º – Perderá o mando de jogo por, no mínimo, seis meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando do jogo em que:

I – tenha sido colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público do estádio; ou

II – tenham entrado pessoas em número maior do que a capacidade de público do estádio.

III – tenham sido disponibilizados portões de acesso ao estádio em número inferior ao recomendado pela autoridade pública. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 25 – O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de 10.000 (dez mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 28 – O torcedor partícipe tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local.

§ 1º – O Poder Público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, verificará o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.

§ 2º – É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.

Art. 29 – É direito do torcedor partícipe que os estádios possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.

Parágrafo único – Os laudos de que trata o art. 23 deverão aferir o número de sanitários em condições de uso e emitir parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.

²⁰ Decreto 6.795/09

Art. 1º – Este Decreto regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, no que concerne ao controle das condições sanitárias e de segurança dos estádios a serem utilizados em competições desportivas.

Art. 2º – A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados.

§ 1º – Os laudos técnicos, que atestarão a real capacidade de público dos estádios, bem como suas condições de segurança, serão os seguintes:



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 2º – Cada estádio deverá ser inspecionado até quarenta e cinco (45) dias antes do início das competições, pela federação local, cujo relatório de inspeção deverá ser encaminhado à DCO, observado o inciso II do artigo 6º deste RGC.

§ 3º – Todo e qualquer estádio poderá ser inspecionado a qualquer tempo por membro da CNIE.

§ 4º – Todo estádio novo ou reformado deverá ser necessariamente inspecionado por membro da CNIE, cabendo à federação local informar à DCO a ocorrência de inauguração ou reforma.

§ 5º – Todo estádio reformado deverá atender às exigências aplicáveis a estádios novos explicitadas neste RGC.

I – laudo de segurança;
II – laudo de vistoria de engenharia;
III – laudo de prevenção e combate de incêndio; e
IV – laudo de condições sanitárias e de higiene.

§ 2º – Na hipótese de o estádio ser considerado excepcional por seu vulto, complexidade ou antecedentes ou sempre que indicado no laudo de vistoria de engenharia, será exigida a apresentação de laudo de estabilidade estrutural, na forma estabelecida pelo Ministério do Esporte.

§ 3º – O Ministério do Esporte estabelecerá, em até cento e vinte dias a partir da vigência deste Decreto, os requisitos mínimos que deverão ser contemplados nos laudos técnicos previstos nos §§ 1º e 2º e indicará as autoridades competentes para emití-los.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

21 Portaria 238/10

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições constantes dos incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.795, de 13 de março de 2009, e, a necessidade de consolidação das portarias anteriores que regem a matéria, resolve:

Art. 1º – Os requisitos mínimos dos laudos de segurança, vistoria de engenharia, prevenção e combate de incêndio e, condições sanitárias e de higiene, previstos no art. 2º, § 1º, incisos I, II, III e IV do Decreto nº 6.795/2009, são aqueles constantes da Tabela que constituem, respectivamente, os Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

§ 1º – Os laudos técnicos estabelecidos nos Anexos I, III e IV desta Portaria devem ser lavrados, respectivamente, pelas pessoas designadas pelos comandantes estaduais da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e pela autoridade da vigilância sanitária local competente, exigíveis desde o dia 18 de janeiro de 2010.

§ 2º – O laudo constante do Anexo II deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado e previamente cadastrado para esse fim no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA do respectivo Estado, exigível desde o dia 23 de abril de 2010.

§ 3º – Ao profissional não cadastrado, na forma do parágrafo anterior, compete comprovar por certidão emitida pelo CREA, que possui as atribuições para a elaboração do respectivo laudo.

Art. 2º – O laudo de estabilidade estrutural dos estádios, previsto no § 2º do art. 2º do Decreto nº 6.795, de 2009, a ser elaborado por profissional legalmente habilitado e comprovada experiência, deve conter no mínimo o atesto da segurança estrutural, demonstrado através dos ensaios necessários às condições de uso e demanda de utilização do estádio.

§ 1º – O laudo de estabilidade estrutural é obrigatório para estádios com capacidade igual ou superior a quarenta mil lugares, para os que tenham sofrido obras de ampliação ou adaptações que necessitem de mudanças estruturais e também aqueles que tenham histórico de problemas estruturais.

§ 2º – O laudo de estabilidade estrutural possui validade de 5 (cinco anos), para os efeitos desta Portaria, e será exigível em 180 (cento e oitenta dias) a contar da sua publicação.

§ 3º – A qualquer tempo ou durante a vistoria de engenharia, constatada alguma anomalia ou patologia que comprometa a estabilidade da estrutura é necessária a elaboração imediata do laudo de estabilidade estrutural, não se aplicando nestes casos o prazo para sua confecção do parágrafo anterior.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º – Ficam revogadas as Portarias n.º (s) 124, de 17 de junho de 2009, 185 de 19 de outubro de 2009 e 28 de 18 de fevereiro de 2010 do Ministério do Esporte.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 6º – A cada inspeção de estádio conduzida pela CNIE corresponderá um Relatório de Inspeção de Estádio, elaborado segundo os padrões estabelecidos pelo Caderno de Inspeção de Estádios da CBF.

§ 7º – A DCO tem a prerrogativa de vetar um estádio para as competições coordenadas pela CBF em face do resultado da inspeção conduzida pela CNIE e formalizada no Caderno de Inspeção de Estádio.

Art. 15 – Não será permitida a instalação de arquibancadas provisórias nos estádios, exceto quando projetadas e executadas em rigoroso atendimento aos padrões técnicos e de segurança exigidos pela legislação e normas de engenharia.

§ 1º – As arquibancadas provisórias deverão ser necessariamente objeto de Laudo de Estabilidade Estrutural, além dos Laudos Técnicos de Estádios exigidos pela Lei nº 10.671/03²² e Portaria nº 238/10²³ do Ministério do Esporte.

§ 2º – A arquibancada provisória deverá estar totalmente concluída e disponível para inspeção a tempo de permitir que seja inspecionada pelos técnicos competentes, quando então serão emitidos os laudos técnicos correspondentes, os quais deverão ser recebidos pela DCO até trinta (30) dias antes da data prevista para a utilização do estádio.

Art. 16 – Não serão permitidos desenhos no campo de jogo, admitindo-se apenas as faixas transversais ou longitudinais, normalmente empregadas nos cortes de gramados.

Art. 17 – Qualquer partida, por motivo de força maior, poderá ser adiada pelo Presidente da federação do clube mandante, desde que este o faça até duas (2) horas antes do seu início, dando ciência da sua decisão aos representantes dos clubes interessados e ao árbitro da partida.

§ 1º – O Presidente da federação deverá encaminhar, no prazo de vinte e quatro (24) horas, um relatório à DCO com os motivos determinantes do adiamento da partida.

²² Ver nota 19.

²³ Ver nota 21.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 2º – Quando o motivo de força maior for o mau estado do campo, compete exclusivamente ao árbitro da partida decidir pelo seu adiamento, a qualquer tempo.

§ 3º – Se uma partida for adiada pelo Presidente da federação do clube mandante ou pelo árbitro, a mesma ficará automaticamente remarcada para o dia seguinte, as quinze (15) horas e no mesmo local, salvo outra determinação da DCO.

Art. 18 – O árbitro é a única autoridade para decidir, a partir de duas (2) horas antes do horário previsto para o início da partida, sobre o seu adiamento, ressalvada a causa de mau estado do campo, a qual poderá ser objeto de decisão anterior ao período de duas (2) horas.

Parágrafo único – O árbitro deverá encaminhar um relatório sobre os motivos do adiamento à DCO e CA, no prazo máximo de duas (2) horas após a decisão do adiamento.

Art. 19 – Uma partida só poderá ser adiada, interrompida ou suspensa caso ocorra, pelo menos, um dos seguintes motivos:

- I – falta de segurança;
- II – mau estado do campo, que torne a partida impraticável ou perigosa;
- III – falta de iluminação adequada;
- IV – ausência de ambulância no estádio;
- V – conflitos ou distúrbios graves, no campo ou no estádio;
- VI – procedimentos contrários à disciplina por parte dos componentes dos clubes ou de suas torcidas;
- VII – fato extraordinário que represente uma situação de comoção incompatível com a realização ou continuidade da partida.

§ 1º – Nas hipóteses previstas neste artigo, a partida interrompida poderá ser suspensa se não cessarem os motivos que deram causa à interrupção, no prazo de trinta (30) minutos, prorrogável para mais trinta (30) minutos, se o árbitro entender que o fato gerador da paralisação da partida poderá ser sanado.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 2º – O árbitro poderá, a seu critério, suspender a partida mesmo que o chefe do policiamento ofereça garantias, nas situações previstas nos incisos I, V e VI deste artigo.

Art. 20 – Quando a partida for suspensa por quaisquer dos motivos previstos no artigo 19 deste RGC, assim se procederá após julgamento do processo correspondente pelo STJD:

I – se um clube houver dado causa à suspensão e era vencedor da partida será ele declarado perdedor pelo escore de três a zero (3 x 0);

II – se um clube houver dado causa à suspensão e era perdedor, o adversário será declarado vencedor pelo placar de três a zero (3 x 0) ou pelo placar do momento da suspensão, prevalecendo o correspondente à maior diferença de gols;

III – se a partida estiver empatada, o clube que houver dado causa à suspensão será declarado perdedor, pelo escore de três a zero (3 x 0);

IV – se o clube que não deu causa à paralisação, em quaisquer das hipóteses descritas nos anteriores incisos I, II ou III, estiver dependendo de saldo de gols para obter classificação a fases ou competições seguintes, tal ocorrência será necessariamente encaminhada ao STJD pela DCO.

Parágrafo único – Em quaisquer das hipóteses descritas nos incisos I, II e III deste artigo, havendo punições pendentes a serem cumpridas na partida suspensa a matéria será encaminhada ao STJD para deliberação, independentemente de qual clube deu causa à paralisação.

Art. 21 – As partidas não iniciadas e as que forem suspensas até os trinta (30) minutos do segundo tempo, por quaisquer dos motivos identificados no artigo 19 deste RGC, serão complementadas no dia seguinte as quinze (15) horas, no mesmo local, caso tenham cessados os fatos geradores do adiamento ou suspensão, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao adiamento ou à suspensão da partida.

§ 1º – Havendo impossibilidade da partida não iniciada ser jogada no dia seguinte, por persistirem os motivos que justificaram o seu adiamento, caberá à DCO marcar nova data



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

para sua realização e dela poderão participar todos os atletas que tenham condições de jogo na nova data marcada para a realização da partida.

§ 2º – Quando ocorrer complementação de partida, o torcedor terá acesso ao estádio desde que apresente o comprovante do seu ingresso original usado para assistir à partida inconclusa.

Art. 22 – As partidas que forem interrompidas após os trinta (30) minutos do segundo tempo pelos motivos relacionados no artigo 19 deste RGC, serão consideradas encerradas, prevalecendo o placar daquele momento, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao encerramento.

Art. 23 – Durante a realização das competições não será concedida licença aos clubes para possíveis excursões ou amistosos que venham a provocar modificações na tabela da competição.

Parágrafo único – A solicitação de pré-temporada em território nacional ou no exterior deverá ser objeto de análise, e, se for o caso, aprovação da CBF/DCO.

Art. 24 – Tratando-se da realização de torneio seletivo ou competição equivalente no âmbito das federações estaduais, com o objetivo de classificar clubes para certames nacionais, tais torneios somente serão reconhecidos pela CBF se disputados por, no mínimo, quatro (4) clubes da principal série ou divisão da federação.

Parágrafo único – Neste caso exige-se a aprovação da tabela e regulamento da competição pela DCO com, pelo menos, sessenta (60) dias de antecedência, sob pena do não reconhecimento da competição que visa a classificação de clubes para certames nacionais.

Art. 25 – Os clubes e atletas profissionais não poderão, como regra geral, disputar partida sem observar o intervalo mínimo de sessenta (60) horas.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – O disposto neste artigo não se aplica aos casos de nova disputa de partidas suspensas e de partidas de desempate em competições oficiais.

§ 2º – Em casos excepcionais a DCO, de forma fundamentada e amparada em autorização médica, poderá autorizar a participação de atletas sem a observância do intervalo mínimo aludido no *caput* deste artigo.

§ 3º – Exceto em competições interestaduais, para partidas em categorias não profissionais, a autorização a que se refere o § 2º deste artigo, deverá ser dada pela própria federação estadual à qual estejam filiados os clubes interessados.

Art. 26 – Os clubes deverão usar os uniformes previstos em seus estatutos, observado o disposto na legislação quanto às diretrizes e limites de publicidade nos uniformes de competição.

§ 1º – Poderá o clube indicar um terceiro uniforme para uso em partidas especiais, submetendo-o à aprovação da DCO em um prazo de dez (10) dias antes da sua utilização.

§ 2º – Os atletas serão identificados através de numeração de 1 a 23, sendo destinados os números de 1 a 11 para os que iniciarem a partida e os números de 12 a 23 para os substitutos.

§ 3º – Um clube poderá utilizar numeração fixa para os seus atletas na competição, se assim desejar, desde que encaminhe comunicação expressa nesse sentido para a DCO.

§ 4º – A utilização de numeração especial, com números fora do intervalo 1 a 23, em casos não permanentes, dependerá de formal e prévio encaminhamento à DCO.

§ 5º – Os clubes deverão informar o primeiro, segundo e terceiro uniformes de suas equipes até trinta (30) dias antes da sua primeira partida na competição, enviando os respectivos desenhos dos uniformes à DCO, sendo facultado ao clube o direito de fazer combinações entre os uniformes indicados, quando necessárias ou se solicitadas pela arbitragem.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 6º – Caso venha a ocorrer alguma alteração nos seus uniformes, ao longo da competição, o clube deverá comunicar o fato à DCO no prazo mínimo de dez (10) dias antes da data em que pretenda utilizar o novo uniforme.

§ 7º – Em todas as partidas, o clube mandante, usará o uniforme número um (1), salvo se houver acordo entre os disputantes com a aprovação da DCO/CA, cabendo ao clube visitante realizar a troca, se necessário.

§ 8º – A definição dos uniformes das equipes para cada partida é de competência da CA, desde que prevista no REC.

Art. 27 – O clube que tiver o mando de campo, em estádios neutros, terá prioridade na escolha do vestiário a ser utilizado.

Art. 28 – Em nenhuma hipótese será permitida a realização de partidas em estádios com portões abertos, ou seja, sem a cobrança de ingressos, exceto nas competições não profissionais se assim for definido pela DCO.

Art. 29 – Qualquer atleta que esteja relacionado para uma partida se sujeita aos exames de verificação de dopagem, observadas as normas da legislação especial pertinente.

Art. 30 – A realização de partida preliminar em jogos das competições submete-se à aprovação da CBF e a formal solicitação com, pelo menos, dez (10) dias de antecedência.

Art. 31 – Durante as partidas, somente os atletas e os árbitros poderão permanecer dentro do campo de jogo, sendo proibida a entrada de dirigentes, repórteres ou qualquer pessoa não autorizada.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO IV DA CONDIÇÃO DE JOGO DOS ATLETAS

Art. 32 – A condição de jogo dos atletas somente será concedida aos que satisfizerem o disposto na legislação desportiva, neste RGC e no correspondente REC.

Art. 33 – Somente poderão participar das competições os atletas profissionais que tenham seu Contrato Especial de Trabalho Desportivo (CETD), devidamente registrado nas respectivas federações e, atletas não profissionais, devidamente registrados, também em suas respectivas federações.

Parágrafo único – Em ambos os casos previstos no *caput* deste artigo, o registro é obrigatório na Diretoria de Registro e Transferência da CBF, observados os prazos e condições de registro definidos no REC e os procedimentos e condições de registro e publicação contidos no Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol.

Art. 34 – A DRT publicará o Boletim Informativo Diário, disponível no site da CBF, no qual constarão os nomes dos atletas profissionais cujo Contrato Especial de Trabalho Desportivo tenham sido registrados pelo clube contratante e, atletas não profissionais devidamente registrados junto às suas respectivas federações.

Parágrafo único – É de responsabilidade das partes interessadas a observância dos prazos e condições de registro definidos no REC e os procedimentos e condições de registro e publicação contidos no Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol.

Art. 35 – Os regulamentos de cada competição (RECs) definirão os prazos limites de registro de contratos de atletas para sua utilização na respectiva competição.

Art. 36 – Ocorrendo renovação do contrato do atleta após encerrado o prazo das inscrições, este terá condições de jogo, não havendo quaisquer limitações de prazo para registro, desde



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

que a publicação do ato de renovação contratual no BID venha a ocorrer em data não superior a quinze (15) dias contados a partir do dia do término do contrato anterior.

1º – O registro e publicação no BID do aditivo contratual de prorrogação, antes do término do contrato do atleta, assegura sua condição de jogo, independentemente dos prazos limites fixados para registro de contrato de novos atletas.

§ 2º – Após o término do contrato o atleta não terá condições de jogo até que haja nova publicação no BID.

Art. 37 – O atleta que retornar ao seu clube de origem, após um período de empréstimo, terá o seu contrato reativado automaticamente, cabendo à DRT, entretanto, registrar no BID a ocorrência da reativação do contrato, na mesma data do seu processamento na CBF.

Parágrafo único – O atleta não estará apto a participar da competição caso o seu retorno ao clube de origem ocorra após o encerramento do prazo fixado para registro na respectiva competição.

Art. 38 – Ocorrendo a profissionalização de atleta que já esteja registrado pelo mesmo clube na condição de não profissional sua condição de jogo é imediata.

Art. 39 – É vedada, nas partidas das competições, a participação de atletas não profissionais com idade superior a 20 anos.

Parágrafo único – Os clubes poderão incluir nas súmulas de suas partidas até cinco (5) atletas não profissionais observado o limite de idade.

Art. 40 – Os clubes poderão incluir nas súmulas de suas partidas até cinco (5) atletas estrangeiros.

Art. 41 – O atleta cujo nome constar da súmula na qualidade de substituto e não participar da partida poderá transferir-se para outro clube, na mesma competição, desde que, mesmo como substituto, não tenha sido apenado na competição.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 42 – Atleta transferido de um clube para outro clube que participe de séries diferentes ou da mesma série levará as punições aplicadas pelo STJD, se pendentes de cumprimento.

Art. 43 – A possibilidade de transferência de um atleta de um clube para outro, na mesma competição, deverá constar necessariamente do respectivo REC, e, em caso de omissão de tal norma, é vedado ao atleta participar por duas (2) equipes em uma mesma competição.

§ 1º – O atleta transferido de um clube a outro clube que participe da mesma competição obriga-se a cumprir, no novo clube, os cartões amarelos e vermelhos que estejam pendentes de cumprimento.

§ 2º – Os atletas transferidos de um clube a outro participe de competições diferentes não carregam para o novo clube cartões recebidos na competição de origem.

Art. 44 – O atleta que já tenha atuado por duas (2) outras entidades de prática desportiva durante a temporada, em quaisquer das competições nacionais do calendário anual coordenadas pela CBF, não pode atuar por uma terceira entidade, mesmo que esteja regularmente registrado.

§ 1º – O atleta somente poderá estar registrado por três (3) entidades de prática desportiva durante a temporada.

§ 2º – As copas regionais e os certames estaduais constituem exceção e não serão computados para fins dos limites de atuação e de registro fixados no caput e no § 1º deste artigo.

§ 3º – Entende-se por temporada para os fins deste artigo, o período compreendido entre 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES

Art. 45 – O processo de impugnação da validade da partida ou de seu resultado será processado na Justiça Desportiva, na forma das disposições do CBJD.

Art. 46 – A DCO, verificando que um clube incluiu na partida atleta sem condição legal, encaminhará obrigatoriamente a notícia da infração ao STJD.

Art. 47 – Independentemente das sanções, de natureza administrativa, estabelecidas neste RGC, as infrações disciplinares serão processadas e julgadas na forma prevista no CBJD.

Art. 48 – A inobservância ou descumprimento deste RGC, assim como dos regulamentos de cada competição, sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – desligamento da competição.

Art. 49 – As penalidades previstas no artigo 48 deste RGC serão aplicadas pela CBF, independentemente das sanções que venham a ser cominadas com base no CBJD.

Art. 50 – Com o objetivo de evitar ou dificultar a manipulação de resultado de partidas, considerar-se-á conduta ilícita praticada por atletas, técnicos, membros de comissão técnica, dirigentes e membros da equipe de arbitragem, os seguintes comportamentos:

I – apostar em si mesmo, ou permitir que alguém do seu convívio o faça (treinador, namorada, membros da família, etc.), em seu oponente ou em partida de futebol;

II – instruir, encorajar ou facilitar qualquer outra pessoa a apostar em partida de futebol da qual esteja participando;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

III – assegurar a ocorrência de um acontecimento particular durante partida de futebol da qual esteja participando e que possa ser objeto de aposta ou pelo qual tenha recebido ou venha a receber qualquer recompensa;

IV – dar ou receber qualquer presente, pagamento ou outro benefício em circunstâncias que possam razoavelmente gerar descrédito para si mesmo ou para o futebol;

V – compartilhar informação sensível, privilegiada ou interna que possa assegurar uma vantagem injusta e acarrete a obtenção de algum ganho financeiro ou seu uso para fins de aposta;

VI – deixar de informar de imediato à sua entidade de prática ou de administração, ou a competente autoridade desportiva, policial ou judiciária, qualquer ameaça ou suspeita de comportamento corrupto, como no caso de alguém se aproximar para perguntar sobre manipulação de qualquer aspecto de uma partida, ou mediante promessa de dinheiro ou favores em troca de informação sensível.

Paragrafo Único – As entidades regionais de administração e de prática desportiva deverão auxiliar atletas, técnicos, membros de comissão técnica, dirigentes e membros de equipe de arbitragem que denunciarem quaisquer práticas ou tentativas de manipulação de resultados visando, nos termos da Lei nº 9.807/99²⁴, a sua inclusão em programas especiais de proteção a vítimas de ameaças ou testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

Art. 51 – Perde a condição de jogo para a partida oficial subsequente da mesma competição, o atleta advertido pelo árbitro, a cada série de três (3) advertências com cartões amarelos, independentemente da sequência das partidas previstas na tabela da competição.

§ 1º – O controle do número de cartões amarelos e vermelhos é da responsabilidade única e exclusiva dos clubes disputantes da competição.

²⁴ **Lei 9.807/99**

Art. 1º – As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.
(...)



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 2º – Os cartões amarelos submetem-se, obrigatoriamente, aos seguintes critérios de aplicação:

I – quando um atleta for advertido com um (1) cartão amarelo e, posteriormente, seja expulso com a exibição direta de cartão vermelho na mesma partida, aquele cartão amarelo inicial permanecerá em vigor para o computo da série de três (3) cartões amarelos;

II – quando o cartão amarelo precedente à exibição direta do cartão vermelho for o terceiro da série, o atleta será sancionado com dois (2) impedimentos automáticos, sendo o primeiro pelo recebimento do cartão vermelho e o segundo pela sequência de três (3) cartões amarelos;

III – quando um atleta recebe um (1) cartão amarelo e, posteriormente, recebe um (1) segundo cartão amarelo, com a exibição consequente do cartão vermelho, tais cartões amarelos não serão considerados para o cômputo da série de três (3) cartões amarelos que geram o impedimento automático.

§ 3º – Não será considerada como partida subsequente a complementação de partida suspensa após o atleta receber o terceiro cartão amarelo e, neste caso, o atleta sancionado ficará impedido de participar da partida integral subsequente que seu clube disputar.

§ 4º – Se a partida subsequente ao recebimento do terceiro cartão amarelo for adiada, o cumprimento ocorrerá na partida imediatamente posterior.

§ 5º – Se a partida subsequente ao recebimento do terceiro cartão amarelo for decidida por W.O., nos termos do art. 53, a penalidade será considerada cumprida.

Art. 52 – O atleta e o membro de Comissão Técnica que for expulso de campo ou do banco de reservas ficarão automaticamente impedidos de participar da partida subsequente, independentemente do mérito e da data da decisão do julgamento da infração disciplinar pelo STJD.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – Se o julgamento ocorrer após o cumprimento da suspensão automática, sendo o atleta ou membro da Comissão Técnica suspenso, deduzir-se-á da pena imposta a partida não disputada em consequência da expulsão.

§ 2º – Os impedimentos automáticos referidos no *caput* deste artigo e no artigo 51 deste RGC consideram-se extintos, se findada a competição, ou a participação do clube em uma competição de caráter eliminatório.

Art. 53 – Nenhuma partida poderá ser disputada com menos de sete (7) atletas ou com a ausência de um dos clubes disputantes.

§ 1º – Na hipótese do não atendimento ao previsto no presente artigo, o árbitro aguardará até trinta (30) minutos após a hora marcada para o início da partida, findo os quais o clube regularmente presente será declarado vencedor pelo escore de três a zero (3 x 0), ou seja, por W.O.

§ 2º – Se o fato previsto no § 1º ocorrer com ambos os clubes, os dois (2) serão declarados perdedores pelo escore de três a zero (3 x 0).

§ 3º – Após o início da partida, se uma das equipes ficar reduzida a menos de sete (7) atletas, dando causa a essa situação, tal equipe perderá os pontos em disputa.

§ 4º – O resultado da partida será mantido, na aplicação do § 3º, se no momento do seu encerramento a equipe adversária estiver vencendo a partida, por um placar igual ou superior a três (3) gols de diferença; e, se tal não ocorrer, o resultado considerado será de três a zero (3 x 0) para a equipe adversária.

§ 5º – Os impedimentos automáticos e as penalidades impostas pelo STJD pendentes de cumprimento pelo clube ou pelos atletas do clube que não deu causa ao W.O. serão consideradas cumpridas em ocorrendo quaisquer das hipóteses constantes do *caput* ou parágrafos deste artigo.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 54 – Sempre que uma equipe, atuando apenas com sete (7) atletas, tiver qualquer deles contundido, deverá o árbitro conceder um prazo de trinta (30) minutos para a recuperação do(s) atleta(s).

Parágrafo único – Esgotado o prazo previsto no *caput* deste artigo, sem que o atleta tenha sido reincorporado à sua equipe, o árbitro dará a partida como encerrada, procedendo-se na forma prevista nos §§ 3º e 4º do artigo 53 deste RGC.

Art. 55 – Se uma equipe apresentar-se com menos de sete (7) atletas, ou ficar reduzida a menos de sete (7) atletas após o início da partida, perderá a quota da renda que lhe caberia, além de sofrer uma multa de cinco mil reais (R\$ 5.000,00), aplicada pela DCO, sem prejuízo da cominação das sanções previstas no CBJD.

Parágrafo único – Os documentos da partida serão encaminhados ao STJD para verificação da ocorrência de infração disciplinar.

Art. 56 – Para efeito de possíveis penalidades aplicáveis pelo STJD por atraso da partida, caberá ao árbitro da partida, identificar, na súmula, os responsáveis pelo atraso no início e/ou reinício das partidas, bem como informar o tempo e as causas geradoras de tais atrasos.

Art. 57 – O clube disputante de competição que for suspenso pela Justiça Desportiva, perderá pelo escore de três a zero (3 x 0) as partidas que deveriam ser disputadas durante o período da suspensão e, decorrido o período, jogará normalmente as demais partidas.

Art. 58 – No caso de uma equipe abandonar uma competição ficará automaticamente suspensa, durante dois (2) anos de qualquer outra competição coordenada pela CBF.

Art. 59 – O clube punido pela Justiça Desportiva por abandono de campeonato que adote o sistema de pontos corridos terá os resultados até então conquistados considerados sem efeito.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – Se o abandono ocorrer apenas nas três (3) últimas rodadas, as partidas correspondentes serão consideradas perdidas, à semelhança dos casos de não comparecimento do clube a campo, prevalecendo os demais resultados.

§ 2º – Se o abandono ocorrer em competição de caráter eliminatório, o clube será desclassificado da competição, sendo substituído pelo clube adversário por ele eliminado.

§ 3º – Em se tratando de competição com fases de pontos corridos e fases eliminatórias, as consequências incidirão na respectiva fase em que o abandono ocorrer.

Art. 60 – Se um clube for punido com perda de mando de campo, conforme previsto na Lei nº 9.615/98²⁵ e no artigo 213²⁶ do CBJD caberá exclusivamente à DCO determinar o local onde a partida deverá ser disputada.

²⁵ Lei 9.615/98

Art. 50 – A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidos nos Códigos de Justiça Desportiva, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 1º – As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I – advertência;
- II – eliminação;
- III – exclusão de campeonato ou torneio;
- IV – indenização;
- V – interdição de praça de desportos;
- VI – multa;
- VII – perda do mando de campo;
- VIII – perda de pontos;
- IX – perda de renda;
- X – suspensão por partida;
- XI – suspensão por prazo.

§ 2º – As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 3º – As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

§ 4º – Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si. (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000)

²⁶ Código Brasileiro de Justiça Desportiva

Art. 213 – Deixar de tomar providências capazes de prevenir e reprimir: (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

- I – desordens em sua praça de desporto;
- II – invasão do campo ou local da disputa do evento desportivo;
- III – lançamento de objetos no campo ou local da disputa do evento desportivo.

§ 1º – Quando a desordem, invasão ou lançamento de objeto for de elevada gravidade ou causar prejuízo ao andamento do evento desportivo, a entidade de prática poderá ser punida com a perda do mando de campo de uma a dez partidas, provas ou equivalentes, quando participante da competição oficial.

§ 2º – Causo a desordem, invasão ou lançamento de objeto seja feito pela torcida da entidade adversária, tanto a entidade mandante como a entidade adversária serão puníveis, mas somente quando comprovado que também contribuíram para o fato.

§ 3º – A comprovação da identificação e detenção dos autores da desordem, invasão ou lançamento de objetos, com apresentação à autoridade policial competente e registro de boletim de ocorrência contemporâneo ao evento, exime a entidade de responsabilidade, sendo também admissíveis outros meios de prova suficientes para demonstrar a inexistência de responsabilidade.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – A cidade do estádio substituto deverá estar situada a uma distância superior a 100 km da cidade sede do clube e de onde ocorreu o incidente que gerou a punição, caso não seja a mesma cidade, observados os padrões rodoviários oficiais do IBGE.

§ 2º – A critério da DCO o estádio substituto poderá situar-se em outro estado, desde que a federação local que estiver recebendo a partida esteja de acordo.

§ 3º – A DCO somente executará a pena de perda de mando de campo, na partida que venha a ocorrer após decorridos dez (10) dias do recebimento de comunicação da Justiça Desportiva que a impuser, tendo em vista os prazos exigíveis para as ações logísticas relacionadas com a mudança do local da partida, inclusive emissão e venda de ingressos, considerando os prazos estabelecidos pela Lei nº 10.671/03²⁷, e ainda, a necessidade de reservas de voos e hospedagem das delegações dos clubes envolvidos.

§ 4º – A DCO deverá comunicar, formalmente, o novo local da partida resultante do cumprimento da pena da perda do mando de campo, no prazo de três (3) dias decorridos do recebimento de comunicação do julgamento.

§ 5º – O cumprimento de pena de perda de mando de campo, nos casos de mais de um (1) jogo, dar-se-á de forma necessariamente sequenciada na mesma competição, sem quaisquer discontinuidades na tabela de jogos.

²⁷ Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 20 – É direito do torcedor participar que os ingressos para as partidas integrantes de competições profissionais sejam colocados à venda até setenta e duas horas antes do início da partida correspondente.

§ 1º – O prazo referido no **caput** será de quarenta e oito horas nas partidas em que:

I – as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios; e

II – a realização não seja possível prever com antecedência de quatro dias.

§ 2º – A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.

§ 3º – É assegurado ao torcedor participar o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.

§ 4º – Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o § 3º.

§ 5º – Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

Art. 21 – A entidade detentora do mando de jogo implementará, na organização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.

Art. 22 – São direitos do torcedor participar:

I – que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e,

II – ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.

§ 1º – O disposto no inciso II não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.

§ 2º – A emissão de ingressos e o acesso ao estádio nas primeira e segunda divisões da principal competição nacional e nas partidas finais das competições eliminatórias de âmbito nacional deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 3º – O disposto no § 2º não se aplica aos eventos esportivos realizados em estádios com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 6º – A pena de perda de mando de campo deverá ser cumprida, independentemente da possível emissão e venda de ingressos para as partidas.

Art. 61 – Quando ao final de uma competição uma penalidade de perda de mando de campo aplicada pelo STJD a clube restar pendente, tal pena deverá ser cumprida na primeira competição subsequente a ser iniciada, excluídas as competições em andamento, dentre aquelas coordenadas pela CBF.

Art. 62 – Quando ao final de uma competição uma penalidade de suspensão por partida aplicada pelo STJD ao atleta restar pendente, tal pena deverá ser cumprida obrigatoriamente na primeira competição subsequente, a ser iniciada, excluídas as competições em andamento, dentre aquelas coordenadas pela CBF.

Parágrafo único – O controle de penalidades impostas ao atleta é de responsabilidade única e exclusiva dos clubes disputantes da competição.

Art. 63 – Os clubes, sejam mandantes ou visitantes, são responsáveis por qualquer conduta imprópria do seu respectivo grupo de torcedores, nos termos do artigo 67²⁸ do Código Disciplinar da FIFA.

Parágrafo único – A conduta imprópria inclui particularmente tumulto, desordem, invasão de campo, violência contra pessoas ou objetos, uso de laser ou de artefatos incendiários, lançamento de objetos, exibição de slogans ofensivos ou com conteúdo político, ou sob qualquer forma, a utilização de palavras, gestos ou músicas ofensivas.

²⁸ Código Disciplinar da FIFA

Art. 67 – A responsabilidade por conduta espectador

1 – A associação mandante ou clube mandante é responsável por conduta imprópria entre os espectadores, independentemente da questão de conduta culposa ou descuido culpável, e, dependendo da situação, pode ser multado. As sanções podem ser impostas em caso de graves perturbações.

2 – O clube visitante ou associação visitante é responsável por conduta imprópria entre o seu próprio grupo de espectadores, independentemente da questão de conduta culposa ou descuido culpável, e, dependendo da situação, pode ser multado. As sanções podem ser impostas em caso de graves perturbações. Torcedores ocupando o setor de visitantes de um estádio são considerados como torcedores da associação visitante, salvo prova em contrário.

3 – Conduta inadequada inclui violência contra pessoas ou objetos, deixando fora dispositivos incendiários, atirar mísseis, exibir insultos ou slogans ou políticos de qualquer forma, proferindo palavras ofensivas ou sons, ou invadir o campo.

4 – As responsabilidades descritas nos parágrafos 1 e 2 também incluem jogos disputados em campo neutro, especialmente durante as competições finais.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 64 – Nos casos de violência e distúrbios graves, com fundamento no artigo 175, § 2º²⁹ do CBJD, e artigos 7º³⁰ e 12º³¹ do Código Disciplinar da FIFA, as partidas correspondentes à pena de perda de mando de campo, poderão ser realizadas, por determinação do STJD, no mesmo estádio em que o clube manda seus jogos, com portões fechados ao público, vedada a venda de ingressos.

§ 1º – Em jogos de portões fechados não será permitida, sob nenhuma hipótese, a presença de torcedores, a venda de ingressos e a expedição de convites, o que inclui os sócios dos clubes, os portadores de cadeiras perpétuas, os proprietários e usuários de camarotes, e os portadores de ingressos permanentes.

§ 2º – O árbitro deverá observar e fazer registrar na súmula (campo Conduta do Público), a existência de torcedores nas arquibancadas/setores de estádio, estimando o número de presentes.

§ 3º – Terão acesso normal ao estádio:

I – os profissionais de imprensa credenciados, inclusive o pessoal de serviços de apoio às atividades de rádio, jornal e TV;

²⁹ Código Brasileiro de Justiça Desportiva

Art. 175 – A entidade de prática punida com a perda de mando de campo fica obrigada a disputar suas partidas, provas ou equivalentes, na mesma competição em que ocorreu a infração.

§ 1º – Quando a perda de mando de campo não puder ser cumprida na mesma competição, deverá ser cumprida em competição subsequente da mesma natureza, independentemente da forma de disputa.

§ 2º – A forma de cumprimento da pena de perda de mando de campo, imposta pela Justiça Desportiva, é de competência e responsabilidade exclusivas da entidade organizadora da competição, torneio ou equivalente, devendo constar, prévia e obrigatoriamente, no respectivo regulamento.

³⁰ Código Disciplinar da FIFA

Art. 7 – Culpabilidade

1 – Salvo disposição em contrário, as infrações são puníveis, independentemente de que tenham sido cometidas deliberadamente ou por negligência.

2 – Excepcionalmente, a partida pode ter que ser jogada sem espectadores ou em estádio neutro, ou de certo estádio ser proibido puramente por razões de segurança, sem que uma infração tenha sido cometida.

³¹ Código Disciplinar da FIFA

Art. 12 – Sanções aplicáveis a pessoas coletivas

As seguintes sanções são aplicáveis apenas às pessoas coletivas

- a) proibição de transferência;
- b) jogar um jogo sem espectadores;
- c) jogar uma partida em território neutro;
- d) proibição de jogar em um estádio particular;
- e) anulação do resultado de um jogo;
- f) expulsão;
- g) multa;
- h) dedução de pontos;
- i) o rebaixamento para a divisão inferior.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

II – o pessoal operacional a serviço das atividades técnicas e administrativas requeridas para a partida, escalado pela administração do estádio;

III – os membros das comissões técnicas dos clubes, como integrantes das correspondentes delegações;

IV – os dirigentes de cada clube, das federações envolvidas na partida e da CBF mediante a apresentação das credenciais, limitados a cinco (5) para cada ente desportivo, os quais ocuparão camarotes ou cabines previamente reservados ou lugares nas tribunas de honra, conforme designação da administração do estádio, supervisionada pela federação local.

§ 4º – O clube mandante deverá solicitar a presença normal de policiamento exigido para um jogo normal, tanto o interno para ações das partidas, como o externo para coibir invasões do estádio por torcedores e pessoas não autorizadas.

§ 5º – A eventual presença de torcedores e pessoas não autorizadas no estádio representará infração grave e, como tal, será comunicada ao STJD para tomada das medidas cabíveis.

§ 6º – Mesmo sem gerar receita financeira, nas partidas de portões fechados, será necessária a emissão do borderô da partida, do qual constarão todas as despesas previstas no RGC.

§ 7º – O cumprimento da pena de mando de campo com portões fechados dar-se-á na partida que venha a ocorrer após decorridos três (3) dias do recebimento da comunicação do julgamento que a impuser, em razão dos prazos necessários para as ações operacionais relacionadas à partida.

Art. 65 – Em havendo pluralidade de punições com perdas de mando de campo e portões fechados, primeiramente serão cumpridas as sanções referentes aos jogos com portões fechados.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO VI DA ARBITRAGEM

Art. 66 – A arbitragem das partidas será de responsabilidade dos árbitros que integram a RENAF, elaborada pela CA, com base nas regras de futebol definidas pelo IFAB e pela FIFA.

Parágrafo único – A CA designará os árbitros e assistentes para cada partida, observadas as disposições específicas constantes³² do EDT.

Art. 67 – A CA dará ciência da designação da equipe de arbitragem de cada partida às federações locais, fazendo-o através de comunicação oficial no prazo de até quarenta e oito (48) horas antes das respectivas partidas.

§ 1º – O quarto árbitro deverá informar-se sobre a chegada da equipe da arbitragem à cidade onde será realizada a partida, até oito (8) horas antes do seu início.

§ 2º – Na hipótese da ausência de informações sobre a chegada da equipe de arbitragem à cidade, o quarto árbitro informará tal ocorrência ao Presidente da CA, que adotará as providências cabíveis, observadas os dispostos no artigo 71 e seu parágrafo único, deste RGC.

Art. 68 – Objetivando facilitar o trabalho dos meios de comunicação, cada clube deverá entregar ao quarto árbitro, até sessenta (60) minutos antes da hora marcada para o início da partida, a relação dos seus atletas, através do supervisor da equipe ou pessoa designada, contendo assinatura do capitão da equipe, devidamente identificado na relação.

³² Estatuto de Defesa do Torcedor

Art. 30 – É direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.

Parágrafo único – A remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo.

Art. 31 – A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão convocar os agentes públicos de segurança visando a garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.

Art. 31-A – É dever das entidades de administração do desporto contratar seguro de vida e acidentes pessoais, tendo como beneficiária a equipe de arbitragem, quando exclusivamente no exercício dessa atividade. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 32 – É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados.

§ 1º – O sorteio será realizado no mínimo quarenta e oito horas antes de cada rodada, em local e data previamente definidos.

§ 2º – O sorteio será aberto ao público, garantida sua ampla divulgação.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 1º – A relação dos atletas deverá incluir os apelidos utilizados como denominação profissional e identificar os titulares e suplentes.

§ 2º – A relação dos atletas deverá ser elaborada de forma digitalizada, datilografada ou em letra de imprensa.

§ 3º – O supervisor do clube, uma vez entregue a relação dos atletas ao quarto árbitro, a afixará no quadro de avisos da parede externa do vestiário, registrando o horário da referida publicação.

§ 4º – As providências determinadas neste artigo deverão ser adotadas por ambos os clubes.

Art. 69 – O árbitro só dará início à partida após assegurar-se que todos os atletas participantes da partida e devidamente relacionados pelo supervisor do clube, através da relação de atletas, tenham sido devidamente identificados pelo delegado do jogo e quarto árbitro, mediante apresentação e conferência de documento de identidade expedido pela federação ao qual o clube esteja filiado, ou na ausência deste, mediante a apresentação de qualquer outro documento com valor legal no país, desde que apresente foto capaz de identificá-lo.

§ 1º – O árbitro deverá anexar à súmula as relações apresentadas pelos clubes, obrigatoriamente de forma digitalizada, datilografada ou em letra de imprensa, nas quais estejam identificados os atletas titulares e suplentes.

§ 2º – Nas relações entregues ao árbitro pelos clubes, deverão constar os números da carteira de identidade do atleta, expedida por órgão público oficial e o número de sua inscrição na CBF.

§ 3º – Também deverão estar identificados, nas relações apresentadas pelos clubes, os membros da Comissão Técnica ocupantes dos bancos de reservas.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 4º – Exige-se que conste da relação o médico do clube membro da Comissão Técnica com sua especialidade médica e o seu registro profissional no Conselho Regional de Medicina.

§ 5º – No caso do preparador físico do clube deverá constar necessariamente da relação a sua identidade profissional expedida pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF).

Art. 70 – Logo após a realização da partida, caberá ao árbitro elaborar a súmula, preferencialmente na forma eletrônica, e correspondentes relatórios técnicos e disciplinares, fazendo-o em três (3) vias devidamente assinadas pelo próprio árbitro e seus auxiliares.

§ 1º – A primeira e a terceira vias da súmula, juntamente com seus anexos, serão acondicionadas em envelope lacrado e será entregue pelo árbitro ao Delegado do Jogo, a quem incumbe providenciar a sua remessa à DCO e ao Ouvidor da Competição, através de serviço de remessa rápida, postado até às quatorze (14:00) horas do primeiro dia útil após a partida.

§ 2º – A segunda via ficará de posse do árbitro, servindo-lhe como recibo.

§ 3º – Cabe ao Delegado do Jogo fazer o encaminhamento imediato da súmula e anexos à DCO, através de fax ou e-mail, logo após recebê-la do árbitro da partida, utilizando aparelhagem instalada no próprio estádio e, na falta ou impossibilidade desta, deve providenciar a remessa, na manhã seguinte à partida.

§ 4º – Não serão considerados o envio ou a remessa de relatórios extras depois das súmulas terem sido encaminhadas à CBF, salvo se disserem respeito a fatos ocorridos após a saída do árbitro de seu vestiário ou, se houver motivada solicitação pela CA, pela DCO, ou pelo STJD.

§ 5º – Após o término da partida, o árbitro, ou quem por ele for designado, entregará ao capitão de cada equipe, colhendo a sua assinatura, a relação dos atletas que tenham sido sancionados com cartões amarelos e vermelhos.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 6º – Em sendo utilizadas súmulas eletrônicas nas partidas de determinada competição, serão considerados sem efeito os §§ 1º a 3º deste artigo, considerando que as súmulas estarão disponíveis para acesso no sítio eletrônico institucional da CBF.

Art. 71 – Nenhuma partida deixará de ser realizada pelo não comparecimento ou impossibilidade de atuação do árbitro, dos árbitros assistentes e do quarto árbitro.

Parágrafo único – Na hipótese do não comparecimento ou impossibilidade de atuação de algum membro da equipe de arbitragem e, se a CA não providenciar as necessárias substituições a tempo, caberá ao Presidente da federação fazê-lo, e, na sua ausência, ao Delegado Especial da Arbitragem, e ainda, na falta deste, ao Delegado do Jogo, devendo utilizar, preferencialmente árbitros integrantes da RENAFA.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 72 – A renda bruta das partidas, após deduzidos os devidos tributos, dentre os quais se incluem os recolhimentos previdenciários em favor do INSS, submete-se as seguintes deduções:

- I – aluguel de campo;
- II – despesas administrativas da federação local, inclusive as referentes a controle, emissão e venda de ingressos;
- III – custo (prêmio) referente ao seguro do público presente;
- IV – despesas com o pessoal identificado como quadro móvel, a serviço da partida, devidamente justificadas e comprovadas;
- V – taxa da federação local, correspondente a 5% da renda bruta;
- VI – despesas com os materiais e o exame antidoping, que deverão ser pagos para a empresa responsável pela coleta mediante apresentação de nota fiscal, logo após a partida;
- VII – remuneração dos árbitros e de seus assistentes conforme tabela oficial da CA, após os descontos legais;
- VIII – despesas referentes a transporte, hospedagem e alimentação dos árbitros necessariamente comprovadas;
- IX – custo (prêmio) referente aos seguros da equipe de arbitragem (árbitros, assistentes e reservas);
- X – despesas com médicos, enfermeiros e ambulâncias.

§ 1º – O não cumprimento das disposições financeiras contidas neste RGC importa na suspensão administrativa do recebimento de taxas, cotas e de toda e qualquer remessa financeira pela CBF a que os clubes fazem jus, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao infrator pela Justiça Desportiva.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 2º – Nenhuma federação poderá reter, da cota de cada clube, quaisquer quantias alheias às que não se refiram a despesas previstas neste RGC, exceto aquelas determinadas por força de decisões judiciais, sob pena de a federação ser obrigada a devolver em dobro o valor retido, além dos seus acréscimos legais.

§ 3º – Quaisquer despesas superiores ao estabelecido neste artigo serão de responsabilidade exclusiva do clube mandante, vedado o seu repasse ao clube visitante.

§ 4º – O clube que solicitar exame antidoping, em competições nas quais a CBF não custeia esta atividade, tem a responsabilidade de arcar com os respectivos custos.

Art. 73 – O borderô de cada partida obedecerá ao modelo padronizado e será enviado para a CBF pela federação do clube mandante, no prazo de três (3) dias úteis após a sua realização, acompanhado do pagamento do Seguro referente ao público presente.

§ 1º – Caberá à federação do clube mandante a emissão do borderô, admitido o acompanhamento da sua elaboração pelo clube mandante.

§ 2º – O não cumprimento do prazo estabelecido no *caput* acarretará em multa de R\$ 10.000 (dez mil reais) por dia de atraso e, enquanto não enviado o borderô, vigorará a suspensão de registro de atletas do clube infrator.

Art. 74 – A federação do clube mandante ficará responsável por emitir o borderô quando de partidas disputadas na jurisdição de outra federação, podendo ceder a sua congênere local essa responsabilidade, sem prejuízo do recolhimento dos tributos locais.

Parágrafo único – O clube mandante ficará responsável por todas as despesas adicionais da partida, que incluem, contudo não se limitam a:

I – transporte aéreo e terrestre, traslado e hospedagem do próprio clube e do clube visitante cujo pagamento deverá ser feito antecipadamente;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

II – transporte aéreo e terrestre, traslado e hospedagem da equipe de trabalho designada pela federação do clube mandante;

III – custos operacionais do evento de acordo com o que é praticado habitualmente na praça onde se realizará a partida, desde que comprovados.

Art. 75 – A definição sobre a distribuição da renda líquida entre os clubes constará obrigatoriamente do REC.

Art. 76 – O déficit eventualmente apurado no borderô das partidas será coberto pelo clube mandante.

Art. 77 – Caberá às federações dos clubes mandantes o recolhimento de todas e quaisquer contribuições de natureza previdenciárias devidas à Receita Federal Brasileira, inclusive as referentes ao pagamento da remuneração dos árbitros, da folha do quadro móvel e da mão de obra do exame antidoping a serem deduzidas da renda bruta das partidas.

Art. 78 – A federação do clube mandante descontará da renda bruta o percentual de cinco por cento (5%), correspondente à contribuição ao INSS.

§ 1º – Os clubes que tenham firmado acordo de parcelamento referente aos débitos existentes com o INSS, e que foram consolidados até outubro de 1992, terão descontados outros cinco por cento (5%) da receita bruta que lhes for destinada, a título de amortização da referida dívida.

§ 2º – Ao chefe da delegação visitante caberá prestar à federação do clube mandante informações sobre a situação de seu clube, com relação ao desconto referido no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º – Ocorrendo a incidência dos dois (2) descontos para o INSS, a federação do clube mandante deverá recolher a contribuição em duas (2) guias, sendo uma identificada como guia da contribuição normal da partida e a outra como guiam da contribuição referente ao parcelamento dos débitos anteriores do clube, ou fazê-lo na forma determinada pelo INSS.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 4º – O não recolhimento da contribuição e dos valores objeto de parcelamento, no prazo legal, sujeitará à federação do clube mandante às sanções previstas na Lei nº 8.212/91³³ e legislação subsequente³⁴.

³³ Lei 8.212/91

Art. 32 – A empresa é também obrigada a:

(...)

IV – declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

Art. 32-A – O contribuinte que deixar de apresentar a declaração de que trata o inciso IV do caput do art. 32 desta Lei no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos e sujeitar-se-á às seguintes multas: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – de 2% (dois por cento) ao mês–calendário ou fração, incidentes sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 1º – Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso II do caput deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não–apresentação, a data da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 2º – Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – a 75% (setenta e cinco por cento), se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 3º – A multa mínima a ser aplicada será de: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

³⁴ Lei 11.941/09

Art. 32 – (...)

IV – declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS;

§ 1º – (Revogado).

§ 2º – A declaração de que trata o inciso IV do caput deste artigo constitui instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, e suas informações comporão a base de dados para fins de cálculo e concessão dos benefícios previdenciários.

§ 3º – (Revogado).

§ 4º – (Revogado).

§ 5º – (Revogado).

§ 6º – (Revogado).

§ 7º – (Revogado).

§ 8º – (Revogado).

§ 9º – A empresa deverá apresentar o documento a que se refere o inciso IV do caput deste artigo ainda que não ocorram fatos geradores de contribuição previdenciária, aplicando-se, quando couber, a penalidade prevista no art. 32-A desta Lei.

§ 10 – O descumprimento do disposto no inciso IV do caput deste artigo impede a expedição da certidão de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

§ 11 – Em relação aos créditos tributários, os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa até que ocorra a prescrição relativa aos créditos decorrentes das operações a que se referam.⁷ (NR)

Art. 32-A – O contribuinte que deixar de apresentar a declaração de que trata o inciso IV do caput do art. 32 desta Lei no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I – de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas; e

II – de 2% (dois por cento) ao mês–calendário ou fração, incidentes sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 1º – Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso II do caput deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não–apresentação, a data da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento.

§ 2º – Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas:

I – à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II – a 75% (setenta e cinco por cento), se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º – A multa mínima a ser aplicada será de:

I – R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 79 – Os ingressos das partidas serão emitidos pelo clube mandante, a quem incumbe definir fornecedores, carga, valores, emissão, locais e procedimento de venda, cabendo a federação do clube mandante aprovar previamente todo o procedimento.

§ 1º – É vedado o reaproveitamento ou a reutilização de ingressos referentes a partidas já realizadas, inclusive quanto aos ingressos não vendidos.

§ 2º – Somente no caso de jogos adiados ou transferidos, cujos ingressos já tenham sido emitidos, tais ingressos poderão ser reaproveitados.

§ 3º – No prazo de até quinze (15) minutos antes do final da partida, o clube mandante deverá apresentar à federação o relatório de todos os ingressos colocados à venda e a devolução dos ingressos não vendidos.

§ 4º – Os preços dos ingressos para a torcida visitante deverão ter necessariamente, nos respectivos setores do estádio ou equivalente, os mesmos valores dos ingressos cobrados da torcida local.

Art. 80 – O clube visitante terá o direito de adquirir, com pagamento prévio, a quantidade máxima de ingressos correspondente a dez por cento (10%) da capacidade do estádio ou da capacidade permitida pelos órgãos de segurança, desde que se manifeste em até três (3) dias úteis antes da realização da partida, através de ofício dirigido ao clube mandante, obrigatoriamente com cópia às federações envolvidas e à DCO.

Parágrafo único – Em cumprimento de acordo assinado entre os clubes, inclusive para situações de reciprocidade, a disponibilidade de ingressos para o visitante poderá ser superior aos dez por cento (10%) da capacidade do estádio.

Art. 81 – A CBF terá o direito de adquirir, com pagamento prévio, a quantidade máxima de ingressos correspondente a dois por cento (2%) da capacidade dos estádios, desde que faça a requisição, por escrito, até três (3) dias úteis antes da realização da partida.

II – R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.”



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 82 – Todo o público espectador presente ao estádio deverá portar ingressos, para efeito de observação da capacidade máxima permitida, que inclui os portadores de convites, as autoridades e o pessoal de serviço.

Art. 83 – Os valores provenientes da aplicação de multas pelo STJD e pela CBF deverão ser recolhidos pelos clubes ou federações diretamente à Tesouraria da CBF.

Art. 84 – Os valores referentes aos seguros a serem deduzidos do Boletim Financeiro (borderô) de cada partida corresponderão às seguintes definições:

I – o Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo de Público Presente, no valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) por ingresso, importará em uma indenização, em caso de sinistro, de:

- a) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por morte acidental proveniente de ocorrência no interior do estádio;
- b) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por invalidez permanente total e/ou parcial por acidente, proveniente de ocorrência no interior do estádio;
- c) R\$ 3.000,00 (três mil reais) para despesas médicas hospitalares e odontológicas.

II – o Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em favor dos componentes da equipe de arbitragem da partida corresponderá ao valor de R\$ 22,61 (vinte e dois reais e sessenta e um centavos), por cada componente, e a uma indenização, em caso de sinistro, de:

- a) R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por morte acidental proveniente de ocorrência no interior do estádio;
- b) R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por invalidez acidental permanente, proveniente de ocorrência no interior do estádio;



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

c) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para despesas médicas hospitalares e odontológicas.

III – a seguradora contratada é a Itaú Seguros S.A, conforme contrato firmado por esta empresa com a CBF;

IV – os valores fixados e correspondentes aos incisos I e II deverão ser recolhidos à tesouraria da CBF, juntamente com o Boletim Financeiro da Partida.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 85 – O acesso de autoridades aos estádios dar-se-á mediante a apresentação de credencial expedida pela FIFA, CONMEBOL, CBF ou pelas federações locais.

§ 1º – A reserva de local para as autoridades referidas no *caput* impõe que a federação local receba previamente a informação correspondente, observado o disposto no § 1º do art. 86 deste RGC.

§ 2º – As credenciais ou documentos expedidos por quaisquer outras entidades não autorizarão o livre ingresso de seus portadores nos estádios, exceto quando se tratar de pessoal a serviço, em funções amparadas em legislação especial.

Art. 86 – A administração do estádio e/ou o clube mandante, a quem competir, fornecerá ingressos do setor Tribuna de Honra para:

- I – dirigentes da CBF, até dez (10) ingressos no total;
- II – ouvidores da CBF, dois (2) ingressos por ouvidor;
- III – dirigentes da federação, até dez (10) ingressos no total;
- IV – dirigentes de clube, até dez (10) ingressos por clube disputantes da partida;
- V – autoridades do segmento esportivo, até dez (10) ingressos no total.

§ 1º – Os ingressos referidos no *caput* deste artigo deverão ser solicitados formalmente pela parte interessada com, pelo menos, dois (2) dias úteis de antecedência.

§ 2º – Caso a Tribuna de Honra não disponha de assentos suficientes para atender à demanda quantitativa de mencionados ingressos, a administração do estádio e/ou o clube mandante, a quem competir, providenciará assentos em lugar compatível.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

§ 3º – A administração do estádio e/ou o clube mandante, a quem competir, deverá fornecer cartões e/ou credenciais de trânsito livre para estacionamento dos veículos relacionados às pessoas habilitadas aos ingressos referidos no *caput* deste artigo.

§ 4º – A administração do estádio e/ou o clube mandante, a quem competir, deverá providenciar camarotes ou cabines ou, na sua falta, locais específicos para a delegação visitante, com a capacidade mínima de dez (10) pessoas.

§ 5º – A administração do estádio e/ou o clube mandante, a quem competir, deverá providenciar local específico e seguro, com visualização ampla do campo de jogo e sem contato com os torcedores, destinado à análise da equipe de arbitragem pelo Assessor de Arbitragem designado pela CBF.

Art. 87 – O clube mandante deverá disponibilizar à CBF ingressos a patrocinadores dos campeonatos quando requisitado.

Art. 88 – A presença de pessoas caracterizadas como figuras–símbolos dos clubes, portando fantasias ou vestimentas estilizadas, inclusive os chamados mascotes e as *cheerleaders* (animadoras de torcida), poderão ser autorizados mediante solicitação à CBF.

Art. 89 – Quando se justifique o cumprimento do “minuto de silêncio”, as solicitações nesse sentido deverão ser encaminhadas à DCO ou ao Presidente da CA, com a possível antecedência.

Parágrafo único – Não havendo tempo hábil para a autorização da DCO, o Presidente da federação local comunicará sua decisão ao árbitro da partida.

Art. 90 – A entrada de crianças no campo de jogo, acompanhando os atletas dependerá de autorização prévia da federação do clube mandante, observadas as disposições contidas no REC.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 91 – Todas as ações promocionais que utilizem o campo de jogo e seu entorno, com a utilização de faixas, cartazes, apresentações e manifestações em geral, somente poderão ser realizadas com autorização expressa da CBF, devendo as respectivas solicitações ser enviadas em até dois (2) dias úteis antes das partidas.

Art. 92 – A venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios que sediarem as partidas das competições seguem as prescrições de Resolução da Presidência da CBF, sem prejuízo da observância da respectiva legislação estadual ou municipal.

Art. 93 – Os clubes deverão elaborar através dos seus departamentos médicos o Relatório de Lesão do Atleta, cujo encaminhamento será definido através de diretriz específica a ser publicada.

Art. 94 – É permitido reproduzir as partidas nos telões/placares eletrônicos dos estádios sendo expressamente proibido qualquer “replay” (repetição) de jogada.

Parágrafo único – O tempo de jogo somente será permitido se terminar a contagem nos 45 minutos de cada tempo, ou seja, sem a inclusão dos acréscimos de tempo.

Art. 95 – A CBF adotará um escudo identificado como Brasão a ser aplicado nas camisas dos clubes campeões das competições coordenadas pela CBF, cuja regulamentação será objeto de normatização específica a ser publicada pela DCO.

Art. 96 – Todos os direitos comerciais e audiovisuais das competições pertencem à CBF, com exceção das situações previstas nos contratos que tenham sido ou venham a ser firmados pelos clubes, com a prévia anuência da CBF.

Parágrafo único – A CBF autoriza a comercialização pelas federações da publicidade nos coletes de imprensa e de serviços, em todas as competições por ela coordenadas.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 97 – Os clubes e federações deverão publicar em seus sítios eletrônicos e encaminhar à CBF, nos termos do art. 46–A da Lei nº 9.615³⁵, suas demonstrações financeiras, ficando impedidos de realizar transferências de atletas até que a CBF receba tais relatórios contábeis.

Art. 98 – Os clubes, atletas, árbitros, treinadores, médicos, preparadores físicos, auxiliares, intermediários de atletas e demais intervenientes nas competições, em estrita obediência ao art. 11 do Estatuto da CBF, obrigam–se a se valer apenas do Tribunal de Arbitragem, renunciando à jurisdição ordinária, para dirimir questões, litígios ou controvérsias que possam ocorrer em quaisquer das competições.

Parágrafo único – Ficam ressalvadas da vedação de recurso ao Poder Judiciário as hipóteses especificadas em regulamentação da FIFA (art. 68.2 do Estatuto da FIFA³⁶).

³⁵ Lei 9.615/98

Art. 46-A – As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003)

I – elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva; (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

II – apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte – CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003)

§ 1º – Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

I – para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

II – para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

§ 2º – As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

I – ao afastamento de seus dirigentes; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

II – à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade, após a prática da infração, respeitado o direito de terceiros de boa-fé. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 3º – Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

I – o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

II – o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

§ 4º – (VETADO) (Incluído e vetado pela Lei nº 10.672, de 2003)

³⁶ Estatuto da FIFA

Art. 68.2 – O recurso aos tribunais comuns de direito é proibido, a menos que expressamente previsto nos regulamentos da FIFA. O recurso aos tribunais comuns de direito para todos os tipos de medidas provisórias também é proibido.

³⁷ Estatuto da FIFA

Art. 68.3 – As associações devem inserir uma cláusula nos seus estatutos ou regulamentos, estipulando ser proibido levar litígios aos tribunais comuns de direito que afetem Ligas, membros de ligas, clubes, membros de clubes, atletas, funcionários ou outra associação, a menos que haja previsão de recurso a tribunais comuns nos regulamentos da FIFA ou em específicas disposições legais vinculantes. Em vez de recorrer aos tribunais ordinários, deve fazer uso da arbitragem. Os litígios devem submeter-se a um tribunal arbitral devidamente constituído e reconhecido pelas normas da Associação ou Confederação ou da CAS.

³⁸ Lei 9.307/96

Art. 3º – As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 99 – A participação dos clubes em quaisquer das competições coordenadas pela CBF implica em sua expressa concordância ou automática convenção de utilização da arbitragem³⁷, valendo como cláusula compromissória ou compromisso arbitral com lastro no disposto na Lei nº 9.307³⁸ 23 de setembro de 1996.

Art. 100 – A composição, jurisdição e procedimentos do Tribunal de Arbitragem previsto nos artigos 73 e 74 do Estatuto da CBF será objeto de Resolução da Presidência (RDP).

Art. 101 – As federações deverão respeitar o calendário nacional notadamente em relação ao período de férias e de pré-temporada sob pena dos clubes de seu Estado ficarem impedidos de disputar competições coordenadas pela CBF.

Art. 4º – A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º – A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

§ 2º – Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

Art. 5º – Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecer na própria cláusula, ou em outro documento, a forma convencionada para a instituição da arbitragem.

Art. 6º – Não havendo acordo prévio sobre a forma de instituir a arbitragem, a parte interessada manifestará à outra parte sua intenção de dar início à arbitragem, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, convocando-a para, em dia, hora e local certos, firmar o compromisso arbitral.

Parágrafo único. Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá a outra parte propor a demanda de que trata o art. 7º desta Lei, perante o órgão do Poder Judiciário a que, originariamente, tocara o julgamento da causa.

Art. 7º – Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim.

§ 1º – O autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória.

§ 2º – Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral.

§ 3º – Não concordando as partes sobre os termos do compromisso, decidirá o juiz, após ouvir o réu, sobre seu conteúdo, na própria audiência ou no prazo de dez dias, respeitadas as disposições da cláusula compromissória e atendendo ao disposto nos arts. 10 e 21, § 2º, desta Lei.

§ 4º – Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio.

§ 5º – A ausência do autor, sem justo motivo, à audiência designada para a lavratura do compromisso arbitral, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

§ 6º – Não comparecendo o réu à audiência, caberá ao juiz, ouvido o autor, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso, nomeando árbitro único.

§ 7º – A sentença que julgar procedente o pedido valerá como compromisso arbitral.

Art. 8º – A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.

Parágrafo único. Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Art. 9º – O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

§ 1º – O compromisso arbitral judicial celebrar-se-á por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal, onde tem curso a demanda.

§ 2º – O compromisso arbitral extrajudicial será celebrado por escrito particular, assinado por duas testemunhas, ou por instrumento público.

Art. 10 – Constará, obrigatoriamente, do compromisso arbitral:



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Parágrafo único – Excluem-se da vedação feita no *caput* deste artigo os jogos festivos e, quando incluídos no programa de treinamento de pré-temporada, os jogos amistosos.

Art. 102 – Somente será autorizada a participação de atletas acima do limite de sessenta (60) partidas oficiais constantes do calendário nacional, dentro da mesma temporada da CBF, se for apresentada autorização médica para este fim à DCO/CBF.

Parágrafo único – Para os efeitos do *caput* deste artigo, será contabilizada a participação sempre que o atleta atuar, total ou parcialmente, na partida ou for apenado com cartão estando no banco de reservas.

Art. 103 – É privativa da CBF a utilização das denominações “campeonato brasileiro”, “campeonato nacional”, “copa do Brasil” e outras correlatas que possam induzir à confusão ou conduzir à usurpação de direitos referentes a quaisquer das competições de futebol do calendário nacional, salvo se houver prévia autorização da CBF

Parágrafo único – A infração a esta vedação implicará na imposição de multa administrativa de até quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00), cumulada com outras sanções aplicáveis pela Justiça Desportiva.

Art. 104 – Todos os horários nas tabelas elaboradas pela DCO utilizam o Horário de Brasília.

Art. 105 – As normas sobre *Fairplay* (jogo limpo) Financeiro elencando requisitos e responsabilidades visando a saúde financeira dos clubes, quando aprovado no Conselho Técnico das competições ou órgão superior da CBF, serão publicadas, tornando-se anexo e parte integrante do REC de cada competição.

Art. 106 – A DCO expedirá instruções complementares que se fizerem necessárias ou exigíveis à execução deste RGC, através de Diretrizes Técnicas ou Diretrizes Administrativas.

Parágrafo único – Quando publicadas, tais instruções complementares tornam-se parte integrante e inseparável deste RGC, desde que não importe em alteração, ou, não conflite com este RGC.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Art. 107 – Um limite de cinquenta (50) medalhas a mais poderão ser solicitadas para aquisição de cada campeão de competição coordenada pela CBF.

Art. 108 – Os clubes que tenham concordado em participar de quaisquer das competições, reconhecem a Justiça Desportiva como instância própria para resolver as questões envolvendo disciplina e competições desportivas, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 217³⁹ da Constituição Federal, sendo vedado, por imposição do artigo 68.2⁴⁰ dos Estatutos da FIFA, recursos e medidas cautelares nos tribunais ordinários.

Parágrafo único – Os clubes participantes das competições nacionais obrigam-se e comprometem-se a impedir ou desautorizar por escrito, que terceiros, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, façam uso de procedimentos extrajudiciais ou judiciais para defender ou postular direitos ou interesses próprios ou privativos dos clubes em matéria ou ação que envolva diretamente a CBF ou tenha reflexos sobre a organização e funcionamento da CBF ou das suas competições.

Art. 109 – Os casos omissos serão resolvidos pela DCO, através de comunicação formal às partes interessadas que, em caso de dúvida de interpretação deste RGC, poderão formalizar consulta.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2014.

³⁹ Constituição Federal

Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º – O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º – A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

⁴⁰ Ver nota 36.